

## **LGBT+Movimento: Redes de afeto para deslocades, migrantes e refugiades LGBTTQIA+**

### **LGBT+Movimento: networks of affection for displaced people, migrants and refugees LGBTTQIA+**

*Nathália Antonucci*<sup>189</sup>

*Marina Siqueira*<sup>190</sup>

#### **Resumo**

A iniciativa LGBT+Movimento busca realizar a articulação de redes de afeto que facilitem a integração, acolhimento e expressão da pessoa LGBTTQIA+ deslocada, migrante e refugiada na cidade do Rio de Janeiro. Contamos nesse relato de experiência como, através das nossas vivências enquanto mulheres lésbicas nascidas no Rio de Janeiro e pertencentes a rede LGBTTQIA+ local, construímos a ideia e concepção da iniciativa, e como isso foi acolhido e potencializado através da participação nos programas de Embaixadorxs e Impacto da *startup* social TODXS. Em seguida descrevemos nosso trabalho junto a um grupo de mulheres transexuais venezuelanas e solicitantes de refúgio no Rio de Janeiro, após a interiorização, a partir de Roraima, por um programa do governo federal. Um desafio pessoal e coletivo frente a quase inexistência de políticas públicas efetivas para população T e as dificuldades diárias de inserção enfrentadas por essa população na cidade do Rio de Janeiro.

#### **Abstract**

The *LGBT+Movimento* initiative seeks to articulate networks of affection that facilitate the integration, reception and expression of LGBTTQIA+ displaced person, migrant and refugee in the city of Rio de Janeiro. We tell in this experience report how, through our experiences as lesbian women born in Rio de Janeiro and belonging to the local LGBTTQIA+ network, we built the idea and conception of the initiative, and how it was welcomed and strengthened through participation in *Embaixadorxs* and *Impacto* programs of the social startup TODXS. Then, we describe our work with a group of transsexual women from Venezuela and refugee applicants in Rio de Janeiro, in the face of almost no effective public policies for the T population and the daily difficulties of insertion faced by this population in the city of Rio de Janeiro.

---

<sup>189</sup> Mulher lésbica cisgênero, co-criadora da LGBT+Movimento e mestranda em Antropologia pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense.

<sup>190</sup> Mulher lésbica cisgênero, co-criadora da LGBT+Movimento e graduada em Direito pelo Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Neste relato de experiência apresentamos trabalho realizado pela iniciativa LGBT+Movimento<sup>191</sup>, que é uma organização de base comunitária que realiza a articulação de redes de afeto e proteção para facilitar a integração, acolhimento e expressão da pessoa LGBTTQIA+<sup>192</sup> deslocada<sup>193</sup>, migrante<sup>194</sup> e refugiada<sup>195</sup> na cidade do Rio de Janeiro. A iniciativa tem como objetivos: o mapeamento e fortalecimento da rede local de espaços seguros para pessoas LGBTTQIA+ no Rio; manejo de casos de refúgio LGBTTQIA+ no Rio; a denúncia do cenário ainda violador ao qual estamos submetidos<sup>196</sup>; a luta pela criação e efetivação de políticas voltadas a atender as necessidades particulares dessa população; e a sensibilização de instituições que lidam com migração e refúgio para atenção a essas pessoas.

O número de deslocamentos forçados no mundo atingiu a cifra de 68,5 milhões de pessoas ao final de 2017, algo sem precedentes na história recente. Desse total, 25,4 milhões eram pessoas refugiadas e 3,1 milhões de solicitantes de refúgio. São pessoas que fugiram de perseguição, de conflitos armados, de violência generalizada e de violações de direitos humanos, e agora também pelas condições de vida agravadas por crises econômicas e fenômenos de mudanças climáticas e desastres socioambientais. No Brasil, em 2017, existiam 10.145 refugiades de 81 nacionalidades vivendo em meio a uma população de mais de 210 milhões de pessoas. O número de pessoas com o status reconhecido é pequeno, se comparado ao cenário internacional e à realidade de outros países latino-americanos, porém de 2010 a agosto de 2015, o número de solicitações de refúgio

---

<sup>191</sup> Página da iniciativa no Facebook: <https://www.facebook.com/lgbtmaismovimento>.

<sup>192</sup> Fazemos uso da sigla LGBTTQIA+ com intuito de representar e incluir outros grupos minorizados em relação à orientação sexual e identidade de gênero, além daqueles já representados na sigla (lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travestis, queer, intersexuais e assexuais).

<sup>193</sup> Compreendemos desloca de como pessoa que se desloca dentro da mesma cidade, para um município, bairro ou região distinta.

<sup>194</sup> Compreendemos migrante como pessoa que se desloca de uma cidade, um estado ou de um país para outro.

<sup>195</sup> Como consta no Perfil das Solicitações de Refúgio relacionadas à Orientação Sexual e à Identidade de Gênero (2018): “Apesar da Convenção de 1951 sobre o Estatuto das Pessoas Refugiadas não abordar explicitamente perseguições por motivos de orientação sexual e/ou identidade de gênero (OSIG), o desenvolvimento doutrinário, jurisprudencial e normativo passou a reconhecer pessoas LGBTI como um grupo social específico dentro dos procedimentos de reconhecimento da condição de pessoa refugiada, dando um primeiro passo para interpretações inclusivas sobre a abrangência da Convenção de 1951 em relação à proteção dessa população”. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/refugiolgbt/> . Acesso em: 30 de nov. 2018.

<sup>196</sup> Optamos por utilizar uma linguagem que não traga marcações de gênero.

no Brasil aumentou mais de 2.000%, passando de 566 para 12.666 pedidos<sup>197</sup>. Tal avaliação já está comprometida com a recente onda de refugiados venezuelanos no Norte do país, especialmente em Roraima, algo estimado em 96 mil pessoas hoje em solo brasileiro<sup>198</sup>.

Segundo o Perfil das Solicitações de Refúgio relacionadas à Orientação Sexual e à Identidade de Gênero (2018), lançado recentemente pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), cerca de 369 pessoas solicitaram refúgio no Brasil entre 2010 e 2016. Porém de acordo com o ACNUR esse número não expressa a realidade:

É importante ressaltar que esta ferramenta trata do perfil das solicitações cujo motivo da perseguição está relacionado à orientação sexual e/ou identidade de gênero [OSIG] real ou percebida. Sendo assim, a ferramenta não oferece uma visão geral sobre o perfil das pessoas refugiadas e solicitantes de refúgio LGBTI no Brasil: muitas pessoas que buscam refúgio optam por não revelar sua orientação sexual e/ou identidade de gênero durante o procedimento de reconhecimento da condição de refugiado, ou o fundado temor de perseguição que possuem não está diretamente relacionado à orientação sexual e/ou identidade de gênero. A população LGBTI refugiada no Brasil é, por tanto, composta por um maior número de pessoas que aquelas que tiveram seu reconhecimento da condição de refugiadas em razão de perseguições com base na orientação sexual e/ou na identidade de gênero (...) Além disso, limitações metodológica impedem afirmar que os dados apresentados oferecem um perfil da totalidade de solicitações de refúgio baseadas na OSIG. Trata-se de um número parcial que se aproxima do total.  
(ACNUR, 2018)

A trajetória da LGBT+Movimento se iniciou no começo de 2017, quando, durante um programa de voluntariado de uma ONG de migração e refúgio no Rio de Janeiro, percebemos a dificuldade que o resto da equipe de tal organização tinha em lidar conosco enquanto um casal de mulheres lésbicas. Havia uma relutância no referenciamento a nossa relação enquanto “namoradas”, sendo frequente a utilização do termo “amigas”. Essa dificuldade nos chamou atenção, e foi reafirmada quando uma mulher transexual caribenha se aproximou da ONG para obter auxílio na realização de sua solicitação de refúgio e foi grande a dificuldade de entendimento

---

<sup>197</sup> Como disponível no Relatório Tendências Globais sobre refugiados e outras populações de interesse da ACNUR, 2017. Disponível em: <<http://www.acnur.org/portugues/recursos/estatisticas/>>. Acesso em: 24 nov. 2018.

<sup>198</sup> Como disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/2019/02/25/numero-de-refugiados-e-migrantes-da-venezuela-no-mundo-atinge-34-milhoes/>.

para com a sua identidade de gênero, da mesma maneira como havíamos já percebido com relação à nossa própria orientação sexual.

A partir de então, passamos a refletir sobre esse recorte: o deslocamento, a migração e o refúgio de pessoas LGBTTTQIA+. Como mulheres lésbicas, nossa rotina de política e afetos estava já inteiramente inserida na rede do movimento LGBTTTQIA+ da cidade do Rio, onde passamos, também, a perceber que esse recorte nunca era mencionado, e muito raramente encontrávamos migrantes e refugiades nos espaços diários de lazer e afeto LGBTTTQIA+ pela cidade. Passamos então a conversar com as pessoas que faziam parte da nossa rede de afetos, e perguntávamos a elas acerca do deslocamento de pessoas LGBTTTQIA+, o que elas sabiam sobre, o que tinham escutado, se se importavam sobre aquilo, e se gostariam de saber mais. As respostas foram quase unânimes: pouco se sabia sobre isso, mas o interesse era grande e a vontade de ajudar também.

Buscamos então conversar com algumas outras instituições de recepção e acolhimento de migrantes e refugiados<sup>199</sup> no Rio de Janeiro, sobre a ideia de desenvolver uma rede de afetos e proteção que facilitasse a integração, acolhimento e expressão da pessoa LGBTTTQIA+ deslocada, migrante e refugiada. Reconhecemos imediatamente que, ainda hoje, muitas instituições que realizam esses serviços são de cunho religioso e reproduzem padrões cishéteronormativos, o que, em alguns casos, intensifica o constrangimento na expressão de questões ligadas a sexualidade e gênero. Além disso, o trabalho dessas instituições tem uma determinada limitação institucional, devido ao grande número de atendimentos, demandas e burocracias realizadas, os programas de inserção do migrante e/ou refugiado na sociedade são poucos, e se tratando do recorte LGBTTTQIA+, era, nesse período, inexistente.

Ainda no contato com essas instituições, pudemos compreender a dupla vulnerabilidade capaz de permear a vivência de pessoas migrantes e/ou refugiadas LGBTTTQIA+. Dentre inúmeras outras especificidades, pode-se apontar para a prática

---

<sup>199</sup> O apoio das instituições que lidam com migrantes e refugiades é vital para existência da LGBT+Movimento pelo fato de que é através desses espaços que divulgamos a iniciativa para que assim as pessoas que estão em atendimento possam saber da nossa existência, e se for da vontade delas, possam nos procurar, tanto pelas redes sociais, quanto através de nossos contatos pessoais disponibilizados. Soma-se a isso o fato da LGBT+Movimento se propor a fazer a sensibilização para a temática do recorte LGBTTTQIA+ nessas instituições por meio de rodas de diálogo.

de integração que, em geral, é feita através da inserção da *pessoa em movimento*<sup>200</sup> na sua rede de origem. Por exemplo, no caso de uma refugiada síria lésbica, a primeira inserção dela será na comunidade síria, que, em muitos casos, reproduzirá os preconceitos do país de origem já sofridos pela pessoa. Ao mesmo tempo, a rede do local de destino, para uma pessoa migrante ou refugiada recém chegada é pequena ou mesmo, inexistente. Da mesma forma, existindo a necessidade de encaminhar uma pessoa LGBTTQIA+ migrante para um abrigo, o encaminhamento em geral é feito para abrigos públicos, ao invés de se considerar a possibilidade de inserção dessa pessoa em uma casa de acolhida LGBTTQIA+, ainda que não seja voltada especificamente para o público migrante. Foi pensando nesses pontos que entendemos a importância de se criar uma iniciativa que incidisse sobre a articulação de redes e o compartilhamento dos afetos, a partir do conhecimento local de pessoas LGBTTQIA+ para pessoas deslocadas, migrantes e refugiadas LGBTTQIA+ que chegam ao Rio de Janeiro.

No mesmo ano de 2017, a *startup* social TODXS, que promove a inclusão de pessoas LGBTI+, lançou o primeiro edital do programa *Embaixadorxs*, que busca conectar e capacitar jovens líderes LGBTI+ de todo o Brasil para que sejam agentes de transformação nas comunidades locais. Inscrevemos a nossa iniciativa e fomos contempladas. O programa acolheu 26 embaixadorxs com nove identidades de gênero e seis orientações sexuais distintas, espalhadas pelo Brasil. Foram desenvolvidos 18 projetos, incluindo a LGBT+Movimento. A partir desse cenário, absolutamente diverso, fomos capazes de trocar ideias, questionamentos e inquietações sobre as políticas públicas voltadas para população LGBTI+ no Brasil, além de nos conectar com pessoas LGBTTQIA+ espalhadas por quase todo território brasileiro.

Durante o programa e com apoio da Unidade de Suporte à Inovação Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, desenvolvemos o *Mapa de Afetos e Atores*<sup>201</sup>, com objetivo de facilitar que a rede de quem já é LGBTTQIA+ e já conhece o Rio, se torne aberta e acolhedora para deslocadas, migrantes e refugiadas

---

<sup>200</sup> Utilizamos a expressão *pessoa em movimento* no intuito de utilizar uma linguagem mais acolhedora, que não marque gênero.

<sup>201</sup> Disponível em: [https://www.google.com/maps/d/viewer?mid=1-uwS-S\\_9zJUuXqo3dZo\\_6r9olsrOHIN1&usp=sharing](https://www.google.com/maps/d/viewer?mid=1-uwS-S_9zJUuXqo3dZo_6r9olsrOHIN1&usp=sharing)

LGBTTQIA+ que estão chegando. Ser LGBTTQIA+ no Rio de Janeiro nos faz ver e vivenciar a cidade de outra forma, um Rio que também pode ser vivenciado pela comunidade LGBTTQIA+ que vem de outras partes da própria cidade, do Brasil e também de outros países. Criamos o Mapa através dos nossos olhares e de um compartilhamento coletivo e colaborativo, mapeando instituições, coletivas/os, ONGs, locais de lazer e de luta LGBTTQIA+s e também os locais que lidam com migração e refúgio, buscando dar visibilidade à interseção entre os dois mundos dentro da prática social diária.

Após o programa *Embaixadorxs*, três projetos foram escolhidos para participar de uma segunda fase de aceleração, chamada *Impacto*, que previa uma pequena ajuda de custo, para colaborar com a fase inicial de implementação dos projetos. Fomos novamente contempladas com uma das vagas, e com metodologia semelhante, o programa envolvia encontros semanais de acompanhamento ou workshop nas áreas de jurídica, marketing, planejamento financeiro e etc. Havia, para cada iniciativa, uma pessoa que realizava mentoria e tinha experiência com o recorte particular de cada projeto.

Em junho de 2018, estivemos em Roraima procurando avaliar a situação das pessoas venezuelanas LGBTTQIA+ solicitantes de refúgio que estão vivendo em abrigos na cidade de Boa Vista. A preocupação era compreender suas perspectivas, desejos e necessidades enquanto parte de um grupo minorizado; além de tentar visualizar o quadro institucional de suporte as pessoas LGBTTQIA+ existente em Roraima, tanto por meio de iniciativas locais, quanto por meio das agências de proteção humanitária. Nessa ocasião, foi realizada uma roda de diálogo com as pessoas LGBTTQIA+ no abrigo que concentrava a maior parte dessa população. Estavam presentes 13 pessoas: quatro que se identificavam como mulheres trans, cinco como mulheres cisgênero lésbicas e quatro como homens cisgênero gays<sup>202</sup>. Durante a conversa, falamos sobre a iniciativa da LGBT+Movimento no Rio de Janeiro, e procuramos entender como estava sendo a vida delxs em Roraima; se o evento da migração havia afetado sua expressão, tanto em relação à orientação sexual como à identidade de gênero; quais eram suas perspectivas de permanecer ali ou de

---

<sup>202</sup> As identidades serão mantidas em sigilo a fim de preservar as pessoas envolvidas e garantir a confidencialidade exigida nas solicitações de refúgio.



migrarem para outros estados; e que tipo de suporte elxs consideravam mais importante para alguém que migra de maneira forçada.

Muites ressaltaram o fato de que não deixaram voluntariamente a Venezuela, mas que se viram forçados a sair por razões econômicas, pois com a perda dos empregos, ficaram sem fonte de renda para ajudar as famílias, principalmente na compra de comida e remédios. Grande parte, sobretudo as mulheres transexuais, apontou Boa Vista como uma cidade muito LGBTTTQIA+fóbica e relataram se sentir ameaçadas ao andar nas ruas. Além disso, mencionaram não existir ou não conhecerem locais para pessoas LGBTTTQIA+ por lá. Todes, com exceção de um casal de lésbicas, afirmaram que gostariam de realizar a interiorização para outros estados do Brasil, principalmente para São Paulo e Rio de Janeiro, onde, segundo elxs, existiria mais possibilidades e aceitação. Na ocasião, destacaram ajuda na procura de empregos e moradia como os pontos mais essenciais para a integração no novo contexto.

Deixamos nossos contatos pessoais, e a página da iniciativa no *Facebook* e procuramos manter contato com os assistentes de proteção do ACNUR (Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados) e da UNFPA (Fundo de Populações das Nações Unidas) responsáveis, à época, pelo atendimento às pessoas LGBTTTQIA+ nos abrigos de Roraima.

No mês seguinte, fomos contatadas pelas agentes de proteção do ACNUR e UNFPA com a notícia de que quatro mulheres transexuais, que participaram da roda de conversa, iriam fazer parte do programa de interiorização do Governo Federal e viriam para cidade do Rio de Janeiro. Mantivemos contato remoto com elas até o dia 24 de julho, quando chegaram na cidade. A partir dessa data, começamos a colocar em prática toda a metodologia pensada e desenvolvida sobre a formação da rede de afetos e proteção. Procuramos apresentá-las a mulheres trans importantes no cenário de luta por políticas públicas de inclusão de pessoas trans e conectá-las com as instituições de apoio a causa no Rio como: o Grupo Pela Vidda-RJ, a Casa Nem, o coletivo Xica Manicongo, a ONG Casinha, o programa Trans+Respeito, o Prepara Nem e etc.

Esse movimento foi de grande importância para elas, pois como mulheres cisgênero lésbicas, havia uma limitação pessoal no nosso conhecimento prático. Não tínhamos nossas vivências marcadas da mesma maneira que uma pessoa trans.

Então, no âmbito da construção das redes de afeto, entramos em contato com algumas pessoas trans conhecidas para que dúvidas pudessem ser melhor dialogadas a partir da vivência delas no Rio: “podemos andar por aqui a noite sozinhas?”, “esse bairro é seguro para pessoas trans?”, “conhece algum local que contrate pessoas trans mais fácil?”. Todos os dias acompanhamos os relatos delas, sobre a dificuldade de transitar com “corpos trans” ou como “corpos abjetos”, na noção de Judith Butler (2002), corpos que são fora da norma, e por isso, estão destituídos da sua humanidade e relegados à invisibilidade, que ainda é agravada pela interseccionalidade do ser migrante.

Frente a diversas formas de violências diárias sofridas por elas, compreendemos a importância do trabalho em rede, e da manutenção dos afetos acima de tudo. O desamparo é o pior dos abandonos e, algumas vezes, ter alguém a quem recorrer, seja para manifestar injustiças, seja para desabafar acontecimentos, é uma forma de afeto fundamental.

A migração sempre foi comum à população LGBTTTQIA+, dado que a maioria de integrantes dessa população já sofreu algum tipo de preconceito ou violência durante sua vida. O ato de migrar sempre esteve, portanto, presente na história do movimento LGBTTTQIA+. Muitos de nós partiram e continuam partindo na busca por locais nos quais possamos ser aceites pelo que somos. Se por um lado tendemos a encontrar maior liberdade depois do deslocamento, por outro, perdemos o apoio da rede que nos formou, e a qual conhecemos em suas mais variadas formas. Partimos assim para um novo mundo, muitas vezes com novas línguas e culturas, com outras expressões e códigos próprios, novos locais, novas instituições, novas formas de funcionamento, novas pessoas...em quem confiar se desconhecemos tudo ou se conhecemos muito pouco?

A invisibilidade, o preconceito e a violência perpetrada diariamente contra pessoas LGBTI+ no contexto brasileiro agrava todo esse cenário. Migra-se em busca de liberdade e aceitação, e depara-se com um lugar igualmente LGBTTTQIA+fóbico: a cada 26 horas uma pessoa LGBTI+ é morta no Brasil<sup>203</sup>; a expectativa de vida de pessoas transsexuais e travestis no Brasil é de 35 anos, somente em 2018 foram 149

---

<sup>203</sup> Dados da ONG Grupo Gay da Bahia, 2017. Disponível em: <https://homofobiamata.files.wordpress.com/2017/12/relatorio-2081.pdf>



assassinatos de pessoas trans<sup>204</sup>, sendo o Brasil o país que mais mata pessoas LGBTI+ no mundo<sup>205</sup>.

Apesar dos dados assustadores de LGBTTQIA+fobia no Brasil, o país ainda é destino final de parte da população LGBTI+ quando migra, conforme demonstrado no relato. Este número talvez seja justificado pelo fato de que, ainda hoje, existam mais de 70 países que consideram as práticas da lesbianidade, da homossexualidade e da bissexualidade como um crime. Dentre esses, quase 10 estabelecem a pena de morte<sup>206</sup>. Em relação à população T - pessoas trans e travestis - há países com leis que proíbem pessoas “de se passarem por pessoas do sexo oposto”, ou seja, criminalizam suas existências. Para as pessoas intersexo, cirurgias e esterilização forçadas se manifestam como uma violência escondida de medicina. Para além da criminalização, é comum, mesmo nos países em que não é criminalizado, que a população LGBTTQIA+ seja alvo de um tratamento violento, supressão de direitos e sofra enorme perseguição tanto por parte da população, como por parte do Estado.

A Convenção da ONU de 1951 sobre o Estatuto dos Refugiados não reconhece explicitamente a orientação sexual ou identidade de gênero como uma das causas que podem motivar o refúgio. O ACNUR, entretanto, já estabeleceu a interpretação de que tais populações podem ser protegidas sob a condição de refugiades por ‘pertencimento a um grupo social’, quando o mesmo sofre perseguição ou ameaça de perseguição<sup>207</sup>. Da mesma forma é a interpretação do Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE) em relação às solicitações de refúgio no Brasil. Diferentemente de algumas outras causas de solicitação de refúgio, a LGBTTQIA+fobia geralmente acompanha essa *pessoa em movimento*, ainda que em menor escala, o que faz com que, de certa maneira, a pessoa continue sofrendo uma perseguição.

---

<sup>204</sup> Dados da Associação Nacional de Travestis e Transsexuais e do Instituto Brasileiro de Transformação pela Educação, disponível em mapa de georeferenciamento: <https://www.google.com/maps/d/u/0/viewer?mid=1O4mvvh30TAFp61U4sUb5hArN4r5uEYBX&ll=-9.765147591767413%2C-52.260645753125004&z=17>

<sup>205</sup> Dados da ONG Grupo Gay da Bahia, 2017. Disponível em: <https://homofobiamata.files.wordpress.com/2017/12/relatorio-2081.pdf>

<sup>206</sup> Dados da ILGA (International Lesbian, Gay, Bisexual, Trans and Intersex Organization). Disponível em: <https://ilga.org/maps-sexual-orientation-laws>.

<sup>207</sup> ACNUR. Diretrizes sobre Proteção Internacional n. 09 de 2012. Solicitações de Refúgio baseadas na Orientação Sexual e/ou Identidade de Gênero no contexto do Artigo 1A(2) da Convenção de 1951 e/ou Protocolo de 1967 relativos ao Estatuto dos Refugiados.

Ademais, em razão da LGBTTTQIA+fobia de um país não ser uma característica rapidamente mutável e, ser, muitas vezes, inclusive, um traço extremamente forte da cultura e da religião, as pessoas refugiadas LGBTI+ apresentam menos o desejo de retorno ao seu país de origem, algo muito marcante em processos migratórios por motivações alheias à pessoa. Portanto, a gama de violações sofrida pela população LGBTTTQIA+ é ainda maior quando, além de ser parte dessa população, também se é pessoa migrante ou refugiada; há aqui uma intersecção que agrava o quadro de discriminação sofrido, e a soma de diversas possíveis intersecções constrói um cenário de múltiplas vulnerabilidades que atingem essa pessoa.

O conjunto deste cenário compõe as razões que nos levaram a escolher trabalhar com essa temática. Observamos os padrões cisheteronormativos dominantes nas diversas instituições com as quais a população refugiada, migrante e deslocada lida ao longo de sua trajetória, somado a quase inexistência, nas instituições LGBTTTQIA+, de um recorte específico para tratar dessa temática. Tem-se, assim, uma ausência de iniciativas que tornem o atendimento a essa população mais local e cuidadoso, levando em conta as especificidades que essa intersecção traz e permitindo que ela possa, assim, se integrar ao novo local, com liberdade para ser o que é e sentir o que sente. Seguiremos resistindo, pois nossas vidas existem, importam e, em um contexto de intensificação dos deslocamentos no mundo, em situações cada vez mais limites, para muitos de nós, migrar é buscar a vida também.

## Referências

BUTLER, Judith. **Cuerpos que importan**: sobre los limites materiales y discursivos del “sexo”. Buenos Aires: Paidós, 2002.